Editais

CCR RodoAnel

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A ("RodoAnel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2 Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 497 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3. Destaques de 2024:** Investimentos: • Implantação das Faixas Adicionais Pista Interna/Externa. No dia 29 de abril, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R$ 17 milhões de dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024. No dia 29 de abril, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R$ 4 milhões de juros sobre capital próprio, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2023. No dia 27 de novembro, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R$ 7 milhões de juros sobre capital próprio, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ mil	2024	2023	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	507.705	446.858	13,62%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	451.766	413.383	9,29%
- Receita de pedágio	448.348	409.378	9,52%
- Outras receitas	3.418	4.005	-14,66%
Deduções da receita bruta	(39.202)	(35.957)	9,02%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	412.564	377.426	9,31%
(+) Receita de construção	55.939	33.475	67,11%
Custos e despesas (a)	**(363.086)**	**(265.898)**	**36,55%**
- Depreciação e amortização	(37.095)	(26.284)	41,13%
- Serviços de terceiros	(60.251)	(27.476)	119,29%
- Custo da outorga	(13.554)	(12.400)	9,31%
- Custo com pessoal	(53.590)	(51.132)	4,81%
- Custo de construção	(55.939)	(33.475)	67,11%
- Provisão de manutenção	(24.169)	(9.135)	164,58%
- Outros custos e resultados operacionais	(44.910)	(32.418)	38,53%
- Apropriação de despesas antecipadas da outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	**105.417**	**145.003**	**-27,30%**
Margem EBIT ajustada (b)	**25,55%**	**38,42%**	**-33,49%**
EBIT (c)	**105.417**	**145.003**	**-27,30%**
Margem EBIT	**22,50%**	**35,29%**	**-36,24%**
(+) Depreciação e amortização	37.095	26.284	41,13%
EBITDA (b)	**142.512**	**171.287**	**-16,80%**
Margem EBITDA	**34,54%**	**41,69%**	**-17,14%**
(+) Provisão de manutenção (d)	24.169	9.135	164,58%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	**240.259**	**254.000**	**-5,41%**
Margem EBITDA ajustada (f)	**58,24%**	**67,30%**	**-13,47%**
Resultado financeiro líquido	(57.234)	(63.651)	-10,08%
Lucro antes do IR & CS	48.183	81.352	-40,77%
Imposto de renda e Contribuição social	(5.274)	(17.640)	-70,10%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	**42.909**	**63.712**	**-32,65%**
Endividamento bruto (g)	**550.313**	**466.342**	**18,01%**
Investimentos (caixa)	**85.730**	**77.491**	**10,63%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**144.021**	**140.544**	**2,47%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1. Receita operacional: A receita operacional bruta de pedágio em 2024 totalizou R$ 448.348 (9,52% sobre 2023). O aumento da receita é reflexo do aumento de tráfego de 2,5%. Foi um ano com cenário econômico positivo, com bom desempenho da indústria e do comércio, que influenciou positivamente o tráfego de veículos de passeio e comercial. Isso resultou em um aumento considerável de tráfego anual com reajuste tarifário contratual de 3,93% além do reajuste cautelar de R$ 0,10 a partir de 01 de julho de 2024 (medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato de Concessão. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 363.086 no ano de 2024. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 36,55% em relação a 2023, foram: • Os custos de construção atingiram R$ 55.939. O aumento de 67,11% em relação a 2023 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. O principal montante investido foi relacionado a Implantação de Faixa Adicional entre os km 15+900 ao 19+700, região Caripicuíba. • Em 2024, a provisão de manutenção totalizou R$ 24.169, ante R$ 9.135 em 2023, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2024, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • Depreciação e amortização somaram R$ 37.095 no ano de 2024. O aumento de 41,13% em relação ao ano anterior foi reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo e da depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R$ 87.132 no ano de 2024, não sofrendo variações significativas. Em 2024, o custo de serviços totalizou R$ 60.251, representando aumento de 119,29% em relação a 2023, impactado principalmente pelo aumento com Serviço de Recuperação do Pavimento Flexível para atendimento aos parâmetros, além disso, temos também o reajuste contratual nos pacotes de serviços da Conservação. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 53.590 no ano de 2024, registrando um aumento de 4,81% em relação a 2023, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às taturas de custeio CSC (Centro de Serviços Compartilhados), gastos com vale alimentação/vale refeição, vale transporte, auxílio creche-paternidade, adequação salarial e assistência médica. • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 38,53% e atingiram R$ 44.910 no ano de 2024. Esse aumento deve-se principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, aluguel de veículos leves, licença de uso de programa e obras de conservação da rodovia. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2024, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R$ 57.234 ante R$ 63.651 em 2023. A redução de 10,08% ocorreu principalmente pelas menores taxas apresentadas na contratação da nova captação realizada em abril 2024 para pré-pagamento de dívida com taxas mais onerosas. **2.1.4. Lucro líquido:** Em 2024, o lucro líquido atingiu R$ 42.909, apresentando uma redução de -32,65% em relação a 2023, reflexo principalmente da piora no resultado operacional. **2.1.5. Endividamento:** O endividamento bruto alcançou R$ 550.313 ante R$ 466.342 em 2023. Esse aumento é devido alteração de perfil de dívida com liquidação da 6ª emissão, pré-pagamento da 7ª emissão e captação da 8ª e 9ª, alongando o prazo com taxas mais atrativas. **2.1.6. Investimentos:** A CCR RodoAnel Deste investiu cerca de R$ 86.897 em 2024, na rodovia SP-021. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se: • Implantação de Faixa adicional - Pista Interna/Externa; • Recuperação de OAEs; • SP021 - Destinação de Resíduos; • Adequação de Gabarito km 14+300; • Adequação Dispositivo km 15+400.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida a deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia e o Sr. Guilherme Motta Gomes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia na Rodovia Rodoanel Mário Covas (SP–021), KM 16 – Pista Interna, Vila Municipal - Carapicuíba, CEP 06.328-175. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri. **3.2. Gestão de Pessoas:** A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, qual é desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR. Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR. Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. A diretoria de sustentabilidade (DS) conta com um(a) executivo(a) responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de, ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação. Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025 não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1 Iniciativas Voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero:* uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. **4.2 Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários. Em abril deste ano o Instituto CCR, entidade responsável pelos investimentos socioculturais do Grupo CCR, completou 10 anos de atuação, gerenciando valor recorde de R$ 72 milhões para impacto social, um investimento recorde em toda sua trajetória. Desde a sua fundação, em 2014, o Instituto CCR já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em mais de 430 municípios de todo o País. Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. Em abril deste ano, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** CCR Rodoanel foi homenageada com o prêmio Prêmio de Inovação e Sustentabilidade – CBB Asfaltos 2024. Esta premiação, concedida pela CBB Asfaltos Ltda, visa reconhecer clientes que se destacaram em iniciativas inovadoras e sustentáveis no rodoviarismo brasileiro. Anualmente a companhia também participa da Premiação "Melhor Concessionaria do Ano" da ARTESP, no entanto, os resultados de 2024 ainda não foram divulgados. **Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: Caminhos para Saúde:** O Programa Caminhos para a Saúde, também proprietário do Instituto CCR, tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde integral dos motoristas/caminhoneiros (física e mental), bem como a saúde do caminhão. As 2 ações itinerantes da CCR RodoAnel ocorreram no CEAGESP e contaram com participação do Check-up de veículos, Projeto Help (apoio emocional), massoterapeutas, cabelereiro e exames rápidos de saúde. Em 2024, essas ações somaram um total de 606 atendidos. **Caminhos para a Cidadania** - O Programa Caminhos para a Cidadania é uma ação social e educativa do Grupo CCR. Promove formação continuada e empoderamento de educadoras e educadores do ensino fundamental I de redes municipais de ensino. O Programa oferta materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos com estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC. Seu eixo temático está embasado em reflexões sobre cidadania, alfabetização, diversidade, educação financeira, caminhos seguros, educação ambiental, cultura digital, arte educação e saúde mental. O objetivo é trabalhar essas temáticas com professores para que eles multipliquem com seus alunos, o tema de 2024 foi: Comunidades Leitores, no total 597 professores se cadastraram na plataforma, 439 se matricularam nos cursos e 264 professores concluíram. **Campanha Laore Solidário:** A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição. No ano de 2024 não houve arrecadações suficientes para doação. **Ir e Vir: Cidadãos Vigilantes:** É uma iniciativa da Companhia de Teatro Parafernália, apresentada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, com o patrocínio do Instituto CCR. O espetáculo tem o objetivo de conscientizar o público infantojuvenil sobre a importância da Mobilidade Urbana e da Sustentabilidade. Na CCR RodoAnel a itinerância ocorreu em 2 municípios, com 680 alunos de escolas públicas atingidas. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores. A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2024, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Formação de auditores ISO 39001, Manejo de Animais, NR 23 - Brigada, NR 33 - Trabalho em espaço confinado, NR 35 - Trabalho em Altura, NR 10 - Trabalho com eletricidade, Jornada da Liderança e programa de liderança CCR, além desses treinamentos, tivemos o destaque também para o treinamento de cultura e o treinamento de revisão dos procedimentos operacionais.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2 Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Carapicuíba, 7 de março de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**177.857**	**186.599**
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.329	70.852
Aplicações financeiras	6	1.461	2.167
Contas a receber das operações	7.1	33.014	27.098
Contas a receber de partes relacionadas	10	12	3.849
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		4.873	5.469
Contas a receber de operações com derivativos	19.2	-	1.069
Adiantamentos a fornecedores		1.904	379
Despesas antecipadas e outros créditos		2.686	2.138
Não circulante		**1.801.223**	**1.816.054**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	819	-
Contas a receber de partes relacionadas	10	-	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	252.050	247.794
Tributos a recuperar		741	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	913.593	987.171
Depósitos judiciais		17	287
Outros créditos		58	-
Imobilizado	11	53.586	30.198
Intangível	12	521.259	532.861
Infraestrutura em construção	12	58.910	17.040
Direito de uso em arrendamento		190	683
Total do ativo		**1.979.080**	**2.002.653**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante		**69.134**	**575.450**
Debêntures	13	5.538	375.716
Fornecedores		28.520	23.860
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	2.402	2.090
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.614	21.446
ISS a recolher		2.488	2.251
Obrigações sociais e trabalhistas		5.019	4.674
Obrigações com o Poder Concedente		1.128	1.098
Provisão de manutenção	15	-	2
Juros sobre capital próprio	10	17.000	4.318
Mútuos cedidos a terceiros		-	138.882
Passivo de arrendamento		209	522
Outras obrigações		1.216	591
Não circulante		**583.373**	**98.335**
Debêntures	13	544.775	90.627
Fornecedores		2.109	1.447
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	4.193	274
Provisão de manutenção	15	31.551	5.796
Passivo de arrendamento		-	191
Outras obrigações		745	-
Patrimônio líquido	16	**1.326.573**	**1.328.868**
Capital social		1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros		23.139	25.434
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.979.080**	**2.002.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia Mario Covas s/n km 16+ 750 - Sentido Perus - Vila Municipal - Carapicuíba - CEP 06.328-175. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 29+300 da SP021 (km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116)), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão nº 001/ARTESP/2008. A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. **1.2. Processos em andamento:** a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 - Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo. Trata-se de Ação Popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção. Aguarda-se a intimação do autor. b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 - Reajuste Tarifário de 2013. O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada Parte, em 23

Editais

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura e oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18. **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Outras Normas Contábeis:** A seguinte norma alterada não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 13 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	15.658	97.014	53.889	48.677
Fornecedores e outras obrigações	29.736	2.854	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.402	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	17.000	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.128	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2024**	**2023**
Caixa e bancos	1.636	1.454
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	58.693	69.398
Total	**60.329**	**70.852**

Aplicações financeiras	**2024**	**2023**
Circulante	**1.461**	**2.167**
Aplicações financeiras (a)	1.213	1.593
Conta reserva (b)	248	574
Total	**1.461**	**2.167**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures e notas promissórias (nota explicativa nº 13). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,98% do CDI, equivalente a 10,87% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,49% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas	**2024**	**2023**
Circulante	**33.014**	**27.098**
Contas a receber das operações (a)	33.161	27.299
Provisão para perda esperada (b)	(147)	(201)
Não circulante	**819**	**-**
Contas a receber das operações (a)	819	-
Total	**33.833**	**27.098**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (b) Refere-se a provisão para perda esperada - contas a receber, esperada pela Companhia **7.2. *Aging* do contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	**2024**	**2023**
Créditos a vencer	33.756	26.816
Créditos vencidos até 60 dias	53	115
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	24	167
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	87	92
Créditos vencidos há mais de 180 dias	60	109
Total	**33.980**	**27.299**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	**2024**	**2023**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**48.183**	**81.352**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(16.382)**	**(27.660)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(122)	(99)
Juros sobre capital próprio	9.622	9.803
Incentivos relativos ao imposto de renda	243	127
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(40)	(92)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	216	179
Outros ajustes tributários (a)	1.187	102
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(5.274)**	**(17.840)**
Impostos correntes	(9.530)	(3.876)
Impostos diferidos	4.256	(13.764)
Alíquota efetiva de impostos	**10,95%**	**21,68%**

(a) Em 2024, o montante de R$ 1.187 refere-se a: (i) R$ 24 parcela isenta adicional; (ii) R$ 328 efeito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores; e (iii) R$ 835 efeito tributário de imposto corrente de exercícios anteriores.

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	**2024**	**2023**
Ativo	**289.187**	**282.557**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	273.720	277.949
Provisão de manutenção	10.727	1.967
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.484	1.325
Tributos com exigibilidade de suspenção de Pis e Cofins	1.111	751
Resultado de operações com derivativos	357	218
Programa de gratificação longo prazo	284	145
Provisão para perda esperada - contas a receber	50	68
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.425	93
Outros	29	41
Compensação de imposto ativo	**(37.137)**	**(34.763)**
Imposto ativo após a compensação	**252.050**	**247.794**
Passivo	**(37.137)**	**(34.763)**
Capitalização de juros	(24.632)	(24.509)
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	(9.061)	(9.736)
Custo de transação com debêntures	(3.051)	(143)
Valor justo	(358)	(358)
Ajuste a valor presente	(35)	(17)
Compensação de imposto	**(37.137)**	**(34.763)**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**252.050**	**247.794**

Movimentação do imposto diferido	**2024**	**2023**
Saldos em 1º de janeiro	**247.794**	**261.558**
Reconhecimento no resultado	**4.256**	**(13.764)**
Saldos em 31 de dezembro	**252.050**	**247.794**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

	2024
2025	4.088
2026	2.767
2027	678
2028	7.143
2029	12.405
2030 a diante	246.639
Total	**273.720**

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a compensar					
	Circulante		Não circulante		Apropriação no resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Outorga variável	73.578	73.578	913.593	987.171	73.578	73.578
Total	**73.578**	**73.578**	**913.593**	**987.171**	**73.578**	**73.578**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
Saldos	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**-**	**31**	**31**	**-**	**4.946**	**4.946**
Bancos conta movimento	-	13	13	-	8	8
Contas a receber	-	12	12	-	3.869	3.869
Derivativos	-	-	-	-	1.069	1.069
Outros créditos	-	6	6	-	-	-
Passivo	**19.170**	**232**	**19.402**	**1.946**	**375.803**	**377.749**
Debêntures	-	-	-	-	371.341	371.341
Fornecedores e contas a pagar	2.240	162	2.402	1.946	144	2.090
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.930	70	17.000	-	4.318	4.318

	2024			2023		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(35)	**(35)**	-	(73)	**(73)**
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(124)	**(124)**	-	(298)	**(298)**
Custos/Despesas com infraestrutura utilizada	-	(13)	**(13)**	-	(30)	**(30)**
Custos/Despesas - serviços de transporte de valores	-	(292)	**(292)**	-	(293)	**(293)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(61)	**(61)**	-	(4)	**(4)**
Custos/Despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.531)	**(5.531)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - Doações	-	(983)	**(983)**	-	(895)	**(895)**
Custos /Despesas - seguros	-	(2)	**(2)**	-	-	**-**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(1.620)	-	**(1.620)**	(4.840)	-	**(4.840)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(10)	**(10)**	-	(14)	**(14)**
Receitas de aplicações financeiras	-	-	**-**	-	109	**109**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	33	**33**	-	83	**83**
Receitas financeiras - derivativos	-	-	**-**	-	218	**218**
Receita de doações de partes relacionadas	-	-	**-**	-	141	**141**
Receita de venda de ativo imobilizado	-	150	**150**	-	-	**-**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	25	**25**	-	61	**61**
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	(26.800)	-	**(26.800)**	(19.732)	-	**(19.732)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	45	**45**	-	(229)	**(229)**
Repasse de custos e despesas - rodovias	-	(283)	**(283)**	-	-	**-**
Imobilizado/Intangível	-	(1.294)	**(1.294)**	-	-	**-**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R$ 26.430 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta CCR. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2024, foi aprovada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R$ 2.994, referente as despesas com profissionais-chave, não há outras remunerações da Administração.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**425**	**6.026**	**994**	**8.130**	**15.575**	**9.858**	**25.433**
Adições	-	-	-	-	-	9.347	9.347
Baixas	(4)	(7)	-	(5)	(16)	-	(16)
Transferências	24	1.132	2.440	1.711	5.307	(5.307)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	307	-	-	307	-	307
Depreciação	(92)	(1.322)	(882)	(2.577)	(4.873)	-	(4.873)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Custo	1.704	27.920	6.530	47.360	83.514	13.898	97.412
Depreciação acumulada	(1.351)	(21.784)	(3.978)	(40.101)	(67.214)	-	(67.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Adições	-	-	-	-	-	27.926	27.926
Baixas	(2)	-	(164)	-	(166)	-	(166)
Transferências	62	1.528	147	11	1.748	(1.675)	73
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Depreciação	(76)	(1.354)	(968)	(2.045)	(4.443)	-	(4.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**337**	**6.310**	**1.567**	**5.225**	**13.439**	**40.147**	**53.586**
Custo	1.761	29.447	6.310	47.366	84.884	40.147	125.031
Depreciação acumulada	(1.424)	(23.137)	(4.743)	(42.141)	(71.445)	-	(71.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**337**	**6.310**	**1.567**	**5.225**	**13.439**	**40.147**	**53.586**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	11	25	12			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 1.917 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,45% a.a. e 13,65% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**329.289**	**175**	**1.851**	**331.115**	**183.215**	**514.330**
Adições	-	-	1.718	1.718	55.240	56.958
Transferências	221.415	280	(280)	221.415	(221.415)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(307)	(307)	-	(307)
Amortização	(20.842)	(134)	-	(20.976)	-	(20.976)
Outros	(104)	-	-	(104)	-	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Custo	676.237	2.032	2.782	681.051	17.040	698.091
Amortização acumulada	(146.479)	(1.711)	-	(148.190)	-	(148.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Adições	-	-	2.299	2.299	60.199	62.498
Transferências	18.333	789	(866)	18.256	(18.329)	(73)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2	-	2	-	2
Amortização	(32.031)	(128)	-	(32.159)	-	(32.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**516.060**	**984**	**4.215**	**521.259**	**58.910**	**580.169**
Custo	694.570	2.823	4.215	701.608	58.910	760.518
Amortização acumulada	(178.510)	(1.839)	-	(180.349)	-	(180.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**516.060**	**984**	**4.215**	**521.259**	**58.910**	**580.169**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	**57.552**
Implantação de faixas adicionais SP-021	51.125
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	2.597
Adequação e implantação de caixas de retenção SP-021	2.264
Duplicação da Alça de Acesso SP-021	1.552
Implantação das vias marginais Padroeira-Raposo	14

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 2.777 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 20.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,45% a.a. e 13,65% a.a., respectivamente.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (c)	Abril de 2024	3.171	-	-	186.258 (d)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	-	186.962 (d)
7ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2179% (a)	Abril de 2025	557	-	-	93.123 (d)
8ª Emissão - Série única	IPCA + 5,95% a.a.	6,4342% (a)	Abril de 2031	9.465	8.579	418.696	- (e)
9ª Emissão - Série única	CDI + 0,50% a.a.	0,6056% (a)	Novembro de 2026	407	395	131.617	- (e)
					Total	**8.974**	**550.313**	**466.343**

	2024	2023
Circulante	**5.538**	**375.716**
Debêntures	7.077	375.103
Custos de transação	(1.539)	(46)
Valor justo	-	659
Não circulante	**544.775**	**90.627**
Debêntures	552.210	91.001
Custos de transação	(7.435)	(374)
Total geral	**550.313**	**466.343**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação; (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 19; (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; **Garantia:** (d) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária; e (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	**2024**
2026	43.333
2027	43.333
2028	43.333
2029	140.736
A partir de 2030	281.475
(-) Custo de transação	(7.435)
Total	**544.775**

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**274**	**274**
Constituição	2.880	1.981	4.861
Reversão	(10)	(23)	(33)
Pagamentos	(542)	(431)	(973)
Atualização de bases processuais e monetária	31	33	64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.359**	**1.834**	**4.193**

14.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis	2.288	2.877
Trabalhista e previdenciário	548	-
Total	**2.836**	**2.877**

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2**	**5.796**	**5.798**
Constituição	-	24.169	24.169
Ajuste a valor presente	-	1.584	1.584
Tranferência	(2)	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**31.551**	**31.551**

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **16.4. Dividendos:** Em 25 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), o pagamento à conta de dividendos adicionais, no montante de R$ 16.905. O pagamento foi realizado em 30 de abril de 2024. Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido de exercício	42.909
(-) Constituição de reserva legal	(2.145)
Lucro líquido ajustado	**40.764**
Dividendo mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	10.191
Total de juros sobre capital próprio aprovados no exercício (líquido de IRRF)	24.054
Total de juros sobre capital próprio	**24.054**

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos e a pagar. **16.5. Juros sobre capital próprio:** Em 25 de setembro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 8.299, relativo ao lucro dos exercícios de 2019, 2020 e 2021, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 7.054 e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente. Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 20.000, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 17.000 e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	**507.705**	**446.858**
Receitas de pedágio	448.348	409.378
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	55.939	33.475
Receitas acessorias	3.418	4.005
Deduções da receita bruta	**(39.202)**	**(35.957)**
Impostos sobre receitas	(39.014)	(35.673)
Devoluções	(188)	(284)
Receita operacional líquida	**468.503**	**